

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.399 - PR (2018/0217618-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES  
**RECORRIDO** : SOCIEDADE WM DE COMUNICACAO S/S LTDA  
**AGRAVANTE** : SOCIEDADE WM DE COMUNICACAO S/S LTDA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO AUGUSTO BUCH - PR060471  
PAULO TEXEIRA MARTINS - PR052711  
EDIVALDO RODRIGUES - PR026963  
**AGRAVADO** : UNIÃO  
**AGRAVADO** : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. ANATEL. TRANSMISSÃO DE SINAL. RADIODIFUSÃO. OUTORGA DE SERVIÇO. MUDANÇA DE ENDEREÇO.

QUALIDADE DAS TRANSMISSÕES PRESERVADAS. IRRAZOABILIDADE DO INDEFERIMENTO.

1. O art. 6º da Lei 9.612/98, que regula o serviço de radiodifusão comunitária, estipula expressamente que compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

2. Inexiste interferência sobre o mérito administrativo, porquanto não se trata de examinar pedido de outorga de autorização, mas sim a efetiva existência de adequadas condições técnicas para o funcionamento desses Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Simultânea de Televisão, com vistas à alteração de endereço pretendida.

3. Demonstrou-se nos autos não ser viável manter as instalações no mesmo local, ante as dificuldades de acesso físico relatadas, sendo que o fundamento técnico que baseou o indeferimento (não atingir o Município da outorga) foi suficientemente afastado pelo laudo do perito do juízo.

4. Apelação provida" (fl. 1.140e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO. SANADA. PREQUESTIONAMENTO.

1. A ANATEL é parte legítima em ação que pretende o cancelamento de multas por ela aplicadas.
2. Inexiste vício quando o julgado decide fundamentadamente sobre as questões suscitadas no recurso, sendo inviáveis os embargos declaratórios para o reexame de matéria já decidida.
3. Sanada omissão relativa à distribuição dos ônus sucumbenciais.
4. Acolhida a pretensão de prequestionamento, para evitar que a inadmissibilidade dos recursos às instâncias superiores decorra exclusivamente da ausência de menção expressa aos dispositivos tidos pela parte como violados, que tenham sido implicitamente considerados no acórdão, por serem pertinentes à matéria decidida" (fl. 1.168e).

A ora recorrente, então, apresentou o presente Recurso Especial (fls. 1.176/1.186e).

A União, por sua vez, apresentou Embargos Infringentes (fl. 1.201/1.218e), que foram providos nos seguintes termos:

"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. RADIODIFUSÃO. PERMISSÃO. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO. ATO OMISSIVO. INEXISTÊNCIA. QUESTÕES DE ORDEM TÉCNICA.

1. Cabe ao Poder judiciário intervir no procedimento administrativo desde que evidenciada a conduta omissiva da administração, sem justificativas relevantes, em afronta ao direito do administrado à razoável duração do processo administrativo e, em decorrência, ao princípio da eficiência, estando, a omissão do Estado, sujeita ao controle do Poder Judiciário, que tem o dever de preservar lesões ou ameaça a direitos.
2. A alegada tramitação exagerada do processo administrativo, cujo objeto é a autorização para alteração do local de instalação de equipamentos transmissores para serviço de radiodifusão de imagens e sons, não denota mora da administração e desatenção ao constitucional preceito e basilar garantia do administrado à razoável duração do processo, tendo em vista a divergência entre a motivação para a alteração do endereço e a prova técnica" (fl. 1.269e).

Opostos novos Embargos Declaratórios, restaram rejeitados pelo aresto de fls. 1.299/1.300e.

O Recurso Especial da ANATEL foi admitido pela decisão de fls. 1.368/1.369e.

Inicialmente, este Tribunal Superior, por sua Corte Especial, consolidou o entendimento de que "é inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação" (Súmula 418/STJ).

É certo que a Corte Especial, na Sessão Ordinária de 16.9.2015, ao dirimir Questão de Ordem no REsp 1.129.215/DF (Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO), firmou entendimento no sentido de que a única interpretação possível a ser atribuída ao enunciado 418 da Súmula deste Tribunal é a de que há necessidade de ratificação do recurso interposto na pendência de julgamento de embargos de declaração tão somente quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior (STJ, REsp 1.129.215/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/11/2015).

Vale destacar, outrossim, que, embora o enunciado sumular refira-se aos Embargos de Declaração, a jurisprudência desta Corte o tem aplicado, analogicamente, aos casos de Embargos Infringentes. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 475.823/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2014).

No caso em deslinde, após a interposição do Recurso Especial de fls. 1.176/1.186e, o Tribunal de origem, analisando os Embargos Infringentes apresentados pela União, deu provimento ao recurso, confirmando a improcedência do pedido.

Nesse contexto, imperioso destacar que em face do rejuízo da matéria, em razão dos Infringentes, caberia a parte ora recorrente ratificar o seu Recurso Especial, providência que não foi adotada.

Registre-se que, segundo a jurisprudência do STJ, é extemporâneo, por prematuro, o Recurso Especial interposto antes do julgamento de Embargos Infringentes, inexistente reiteração ou ratificação tempestiva, sendo irrelevante que o Recurso Especial ataque apenas a parte unânime do acórdão.

A propósito:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO BANCÁRIO HABITACIONAL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

**2. Esta Corte possui o entendimento de que é extemporâneo, por prematuro, o Recurso Especial interposto antes do julgamento de Embargos Infringentes, inexistente reiteração ou ratificação tempestiva, sendo irrelevante que o recurso especial ataque**

**apenas a parte unânime do acórdão, pois é imprescindível sua reiteração após o julgamento dos embargos infringentes interpostos contra a parte não unânime** (AgRg nos EDcl no AREsp 373.990/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 18/3/2014, DJe 10/4/2014).

3. Os agravantes não apresentaram argumento novo capaz de modificar a decisão agravada, que, à míngua de ataque específico ao fundamento do acórdão recorrido, não conheceu do recurso especial em virtude de sua intempestividade.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 720.912/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 22/03/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSTO ANTERIORMENTE AOS EMBARGOS INFRINGENTES. INEXISTÊNCIA DE REITERAÇÃO OU RATIFICAÇÃO POSTERIOR. INTEMPESTIVIDADE.

1.- **É extemporâneo, por prematuro, o Recurso Especial interposto antes do julgamento de Embargos Infringentes, inexistente reiteração ou ratificação tempestiva, sendo irrelevante que o recurso especial ataque apenas a parte unânime do acórdão, pois é imprescindível sua reiteração após o julgamento dos embargos infringentes interpostos contra a parte não unânime.**

2.- Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 373.990/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora